



# OS PRESIDENTES DO PARLAMENTO PORTUGUÊS

VOLUME IV - III REPÚBLICA (1974-2015)

Coordenação

**Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira**

Organização

**Diogo Ferreira e Ricardo Rocha**

### **Fernando de Sousa**

Presidente e coordenador científico do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Professor catedrático da Universidade do Porto (1984).

Foi membro da Assembleia do Atlântico Norte (1983-1986 e 1991-2000), e deputado à Assembleia da República (1983-1985 e 1991-1999), tendo presidido à IX Conferência Interparlamentar EUREKA (1998), à Comissão Parlamentar da História do Parlamento (1992-1995) e à Comissão Parlamentar do Património (1995-1999).

Ao presente, coordena vários projetos de investigação, entre os quais, *Os Primeiros-Ministros de Portugal (1821-2015)*, *Bragança: das Origens à Revolução Liberal de 1820* e *História da Contabilidade em Portugal*.

De entre as suas publicações mais recentes, destacam-se: *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e património* (coord.), 2011; *Memórias de Bragança* (coord.), 2012; *Os Governos Cívicos de Portugal. História e Memória*, 2014; *Agência Abreu – Uma Viagem de 175 anos* (2015).

### **Maria da Conceição Meireles Pereira**

Professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais.

Investigadora e presidente do Conselho Científico do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Tem cerca de seis dezenas de trabalhos publicados na área da História Contemporânea, nas vertentes de História Cultural, Política e das Ideias, encontrando-se ao presente a coordenar o projeto de investigação *Os Primeiros-Ministros de Portugal (1821-2015)*.

### **Diogo Ferreira**

Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, onde coordena o Grupo de Investigação *População, Migrações e Relações Externas de Portugal*. Subdiretor da revista *População e Sociedade* e autor de mais de uma dezena de publicações na área da História Contemporânea de Portugal.

Ao presente, integra os projetos de investigação *Os primeiros-ministros de Portugal; Diário do Governo Digital (1820-1910) – portal para o estudo e consulta do Jornal Oficial do Estado Português e Bragança. Das origens à revolução liberal de 1820*.

### **Ricardo Rocha**

Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Autor de mais de uma dezena de publicações na área da História Contemporânea de Portugal, com especial incidência nas vertentes da Emigração, Instituições e Estudos Políticos.

Ao presente, integra os projetos de investigação *Os primeiros-ministros de Portugal; Diário do Governo Digital (1820-1910) – portal para o estudo e consulta do Jornal Oficial do Estado Português e Bragança. Das origens à revolução liberal de 1820*.





# OS PRESIDENTES DO PARLAMENTO PORTUGUÊS

VOLUME IV – III REPÚBLICA  
(1974-2015)

*coleção* PARLAMENTO



*coleção* PARLAMENTO

# OS PRESIDENTES DO PARLAMENTO PORTUGUÊS

VOLUME IV – III REPÚBLICA  
(1974-2015)

Coordenação  
Fernando de Sousa  
Conceição Meireles Pereira

Organização  
Diogo Ferreira  
Ricardo Rocha



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## FICHA TÉCNICA

Título Os presidentes do Parlamento português – Vol. IV – III República (1974-2015)

Coordenação Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira

Organização e capítulos 1 a 4 Diogo Ferreira e Ricardo Rocha

Edição Assembleia da República – Divisão de Edições

Revisão Noémia Bernardo e Paula Crespo

Capa e Design Nuno Timóteo

Paginação tvn designers

Impressão Clássica, Artes Gráficas

ISBN 978-972-556-609-1

Depósito Legal 419114/16

Lisboa, dezembro 2017

© Assembleia da República.

Direitos reservados, nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2008, de 30 de julho.

[www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt)

Foto da capa: Pormenor da fachada do Palácio de São Bento, com a bandeira de hastear da Assembleia da República.

Fotografia de Rui Morais de Sousa.



## INDICE

Introdução	9
1. O Parlamento no Portugal democrático (1975-2015)	17
1.1. A Assembleia Constituinte	19
1.2. A Assembleia da República	21
1.2.1. Estatuto, competências e atribuições da Assembleia da República – A Constituição de 1976 e as propostas constitucionais	23
1.2.2. Organização e funcionamento da Assembleia da República – Os Regimentos e o Estatuto dos Deputados	29
2. Eleições legislativas e legislativas (1975-2015)	35
3. Estatuto, eleição e competências dos presidentes do Parlamento português (1975-2015)	43
3.1. Competências e funções do presidente da Assembleia Constituinte	45
3.2. Competências e poderes do presidente da Assembleia da República	48
3.2.1. O presidente da Assembleia	49
3.2.2. O presidente da Assembleia da República no Regimento	49
4. Os presidentes do Parlamento português (1975-2015)	57
4.1. Atualidade dos presidentes do Parlamento	59
4.2. Índice dos presidentes do Parlamento a data da entrada de posse	59
4.3. Origem socioprofissional dos presidentes do Parlamento	60
4.4. Duração dos mandatos dos presidentes do Parlamento	62
4.5. Carreira política dos presidentes do Parlamento	63
4.6. Os presidentes do Parlamento e a sua ligação à Magistratura e ao Ombudsman	65
4.7. Filiação partidária dos presidentes do Parlamento	66
Considerações finais	67
Os presidentes do Parlamento português na III República (1975-2015)	
Quadro geral	71

MEMORANDUM

TO : [Illegible]

FROM : [Illegible]

SUBJECT : [Illegible]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

## ÍNDICE

<b>Introdução</b>	9
<b>1. O Parlamento no Portugal democrático (1975-2015)</b>	17
1.1. A Assembleia Constituinte	18
1.2. A Assembleia da República	21
1.2.1. Estatuto, competências e atribuições da Assembleia da República – A Constituição de 1976 e as revisões constitucionais	23
1.2.2. Organização e funcionamento da Assembleia da República – Os Regimentos e o Estatuto dos Deputados	28
<b>2. Eleições legislativas e legislaturas (1976-2015)</b>	38
<b>3. Estatuto, eleição e competências dos presidentes do Parlamento português (1975-2015)</b>	45
3.1. Competências e funções do presidente da Assembleia Constituinte	45
3.2. Competências e poderes do presidente da Assembleia da República	48
3.2.1. O presidente da Assembleia da República na Constituição	48
3.2.2. O presidente da Assembleia da República no Regimento	49
<b>4. Os presidentes do Parlamento português (1975-2015)</b>	57
4.1. Naturalidade dos presidentes do Parlamento	58
4.2. Idade dos presidentes do Parlamento à data da tomada de posse	59
4.3. Origem socioprofissional dos presidentes do Parlamento	60
4.4. Duração dos mandatos dos presidentes do Parlamento	62
4.5. Carreira política dos presidentes do Parlamento	63
4.6. Os presidentes do Parlamento e a sua ligação à Maçonaria e ao Opus Dei	65
4.7. Filiação partidária dos presidentes do Parlamento	66
<b>Considerações finais</b>	67
<b>Os presidentes do Parlamento português na III República (1975-2015)</b>	
<b>Quadro geral</b>	71

<b>Biografias dos presidentes do Parlamento</b>	75
<b>Assembleia Constituinte (1975-1976)</b>	77
Henrique Teixeira de Queirós de Barros (2.6.1975   2.4.1976)	79
<b>Assembleia da República (1976-2015)</b>	123
Vasco da Gama Lopes Fernandes (3.6.1976   30.10.1978)	125
Teófilo Carvalho dos Santos (30.10.1978   8.1.1980)	163
Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida (8.1.1980   22.10.1981)	187
Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias (22.10.1981   3.11.1982)	213
Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida (3.11.1982   8.6.1983)	243
Manuel Alfredo Tito de Morais (8.6.1983   25.10.1984)	267
Fernando Monteiro do Amaral (25.10.1984   25.8.1987)	299
Vítor Pereira Crespo (25.8.1987   7.11.1991)	341
António Moreira Barbosa de Melo (7.11.1991   31.10.1995)	375
António de Almeida Santos (31.10.1995   9.4.2002)	419
João Bosco Soares Mota Amaral (9.4.2002   16.3.2005)	481
Jaime José Matos da Gama (16.3.2005   20.6.2011)	527
Maria da Assunção Andrade Esteves (21.6.2011   23.10.2015)	563
<b>Fontes e bibliografia</b>	605
<i>Abstract</i>	611
<b>Notas sobre os coordenadores e colaboradores</b>	637
<b>Índice remissivo</b>	641

## Introdução

---

«A Revolução restituiu aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.»

(Preâmbulo da *Constituição da República Portuguesa* de 1976)

Oliveira Marques escreveu que a escassez das biografias «constitui uma das bases do atraso da nossa historiografia» dos séculos XIX e XX. E acrescentava que nos faltava «claramente, um bom dicionário biográfico onde, com critério na seleção das figuras e na ordenação dos dados, estivessem arroladas as personalidades mais atuantes nos variados campos da atividade humana».

Certamente que esta asserção, feita nos inícios dos anos de 1980 por um dos maiores historiadores portugueses, precoce e infelizmente desaparecido, já não tem pleno cabimento, mas limitando-nos, por agora, ao mundo da política desde 1820 até ao presente, ou seja, desde a introdução do liberalismo em Portugal, verificamos que há ainda muito que fazer. É certo que algumas das figuras políticas do Portugal contemporâneo já encontraram o seu biógrafo. Mas muitas das personalidades que desempenharam funções de primeiro plano, quer na administração central, quer na administração regional e local, são totalmente desconhecidas, encontrando-se arredadas das enciclopédias e dicionários, não conseguindo nós compreender por que é que tal acontece, e por outro lado, quando fazem parte de tais instrumentos de consulta, que critérios levaram a que figuras de segundo plano tenham uma notícia biográfica extensa, pormenorizada – caso de numerosos militares e aristocratas – e políticos de relevo sejam biografados em meia dúzia de linhas, não raras vezes semeadas de erros, imprecisões ou lacunas que a simples consulta das fontes impressas ou da bibliografia existente poderia, desde logo, eliminar.

No entanto, o caminho para a recolha e publicação das notícias biográficas dos políticos portugueses foi iniciado desde cedo. Logo em 1822, João Roussado Gorjão lançava a *Galeria dos deputados das cortes geraes e extraordinarias e constituintes da nação portugueza*. Esta obra, no entanto, ficou por longas décadas isolada, não tendo havido, por parte dos chefes de Estado, dos sucessivos governos ou do Parlamento, qualquer preocupação em dar a conhecer, através de publicações sistemáticas ou dicionários, as biografias de quem sucessivamente foi integrando os órgãos de soberania ou desempenhou funções de relevo no mundo da política. Se tivermos, porém, de relevar o esforço meritório de alguns dos órgãos de soberania nesta matéria, por mais simples que ele tenha sido, é ao Parlamento ou a figuras a ele ligadas que devemos atribuir o principal mérito.

Após esta iniciativa isolada, só a partir de meados do século XIX é que algum trabalho começou a ser realizado com o objetivo de dar a conhecer governantes e deputados, que estão na origem de estudos que hoje constituem valiosas fontes para quem se preocupa com a história política em geral e os retratos dos políticos em particular.

Em 1845, da autoria de um deputado (João de Azevedo Sá Coutinho) foi publicado o *Quadro politico, historico e biographico do parlamento de 1842, por um eremita da Serra d'Arga*, obra na qual se apresentam os «retratos» de três dezenas de parlamentares.

Em 1858, Aprígio Fafes, pseudónimo de Eduardo Tavares, publicou a *Galeria pittoresca da Camara dos Pares contendo uma apreciação imparcial...*, bem como a *Galeria parlamentar ou para-lamentar. Contendo uma apreciação imparcial de cada um dos membros do parlamento da actual legislatura de 1858, offerecida ao bom senso do paiz*, com algumas notas interessantes sobre os seus membros.

Em 1875 era publicada a *Estatistica methodica do pariato civil e ecclesiastico desde a sua fundação até 28 de maio de 1875*; em 1884 editou-se a *Estatistica do pariato portuguez desde a sua fundação até 29 de março de 1884*; e em 1910, a *Estatistica do pariato portuguez desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1909*.

Entre 1887 e 1892, Clemente José dos Santos (barão de S. Clemente) lançou as suas valiosas *Estatisticas e biographias parlamentares portuguezas*, em seis volumes, onde, para além de nos relatar «os factos mais importantes da vida parlamentar em Portugal, desde o alvorecer das liberdades públicas», também nos fornece «interessantes traços biográficos dos homens que mais se têm avantajado no parlamento português».

Em 1905, José Marcelino de Almeida Bessa, no seu *Annexo ao manual parlamentar*, deu-nos o quadro cronológico dos ministérios, desde 1830 até 1905, consignando alguns factos que considerou mais notáveis, a relação alfabética dos senadores que fizeram parte da Câmara criada em 1838, e a lista alfabética dos deputados eleitos para as diversas legislaturas, entre 1834-1905.

Em 1911 reatou-se o exemplo de 1822, em *As Constituintes de 1911 e os seus deputados* (obra «compilada e dirigida por um antigo official da Secretaria do Parlamento», Alberto Pimentel), com notícias biográficas dos parlamentares que delas fizeram parte, mas que, infelizmente, não foi nem continuada nem atualizada para as legislaturas seguintes, lacuna que só recentemente foi ultrapassada por uma obra de que falaremos mais adiante.

Durante o Estado Novo, os *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, a partir de 1936, começaram a inserir notícias biográficas de deputados e outras figuras públicas, mas sem o caráter sistemático e contínuo que seria de desejar.

Finalmente, para algumas legislaturas da Assembleia da República das últimas duas décadas, aquele órgão de soberania publicou as *Biografias dos deputados*, mas muito sintéticas, com pouco rigor e sem definir o modelo, por mais simples que fosse, a que deveria obedecer a elaboração daquelas biografias.

Na VII legislatura da Assembleia da República (1995-1999), um dos coordenadores do presente estudo, então deputado à Assembleia da República, enquanto presidente da Comissão para a História do Parlamento, na sequência da iniciativa já tomada na legislatura anterior por António Barreto, teve oportunidade de lançar um vasto projeto de investigação, para o qual convidou historiadores da época contemporânea, destinado a produzir um dicionário biográfico dos parlamentares portugueses, desde 1820 até 1974.

No âmbito desse projeto, na Coleção Parlamento que a referida comissão então iniciou, já foram publicadas as obras *Parlamentares e ministros da 1.ª República (1910-1926)*, dirigida por Oliveira Marques; o *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, tendo como coordenadora Zília Osório de Castro; o *Dicionário biográfico parlamentar (1834-1910) e (1935-1974)*, em 2004-2005, o primeiro sob a responsabilidade de Maria Filomena Mónica e o segundo de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto. Já em 2013-2014 foi publicado o *Dicionário da I República e do republicanismo*, sob a coordenação geral de Maria Fernanda Rollo (três volumes).

Ainda no âmbito da Coleção Parlamento, foram editadas as biografias de vários políticos, nomeadamente de Fontes Pereira de Melo, Rodrigues de Freitas, Correia Barreto, Cunha Leal, Neto Paiva, Vitorino Henriques Godinho, duque de Ávila e Bolama, Félix Pereira de Magalhães, Manuel Fernandes Tomás, Mouzinho da Silveira, António Lino Neto, José Estêvão de Magalhães, António José de Almeida, Magalhães Lima, Mariano Cirilo de Carvalho, Pimenta de Castro, Pinheiro Chagas, Bernardino Machado, António Granjo, José Domingues dos Santos, Machado Santos, Afonso Costa, João Pereira Bastos; Álvaro de Castro; Ramada Curto; Manuel de Brito Camacho, António Bernardo da Costa Cabral e António Maria da Silva.

Registe-se também, na mesma coleção, a publicação de *As mulheres deputadas e o exercício do poder político representativo em Portugal do pós-25 de Abril aos anos noventa*, de Maria Amélia Clemente Campos; *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, de Rita Almeida Carvalho; *Nem ditadura, nem revolução. A ala liberal e o marcelismo (1968-1974)*, de Tiago Fernandes; *Os deputados da Assembleia Nacional 1935-1974 e Os procuradores da Câmara Corporativa 1935-1974*, de J. M. Tavares Castilho; um dicionário biográfico dos *Candidatos da oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)*, de Mário Matos e Lemos e *Mulheres deputadas à Assembleia Nacional (1935-1974)*, de Paulo Drumond Braga.

Fora do âmbito parlamentar, também surgiram várias obras, nos séculos XIX e XX, que dão valiosos contributos para a história biográfica dos políticos portugueses. De todas elas, gostaríamos apenas de dar conta de quatro, uma do século XIX e três bem recentes.

De finais do oitocentismo português, referimos um estudo excelente, mas pouco consultado, *Luctas Caseiras. Portugal de 1834 a 1851*, de Marques Gomes, publicado em 1899, que regista numerosas biografias de políticos para a época referida, dando conta de aspetos inéditos e singulares relativos à vida dos mesmos.

Dos trabalhos recentes, pelo seu caráter inovador, saudamos o estudo coordenado por Zília Osório de Castro, *Lisboa 1821. A cidade e os políticos*, de 1996; *Os presidentes da República portuguesa*, coordenado por António Costa Pinto, de 2001; e finalmente, de vários autores, *Os Governos da República 1910-2010*, publicado em 2011.

Um dos coordenadores deste trabalho, relativamente a Trás-os-Montes, lançou em 2002 *Os governadores civis de Vila Real*, e publicou *Os governadores civis de Bragança*, disponível no site do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, em formato digital. Finalmente, em 2009, o CEPESE editou um estudo pioneiro quanto ao poder autárquico, sobre *Os presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)* e respetivo enquadramento legislativo, tendo saído uma edição revista e atualizada em 2013.

O panorama é, pois, substancialmente diferente daquele que existia há duas décadas. Mas os trabalhos quanto às biografias dos primeiros-ministros e presidentes do Parlamento, que não se limitem às escassas informações de natureza enciclopédica, continuam a ser a exceção.

Por outro lado, a investigação feita para os presidentes da República e para os parlamentares tem de ser alargada, no período em questão, a outras personalidades, nomeadamente aos membros dos governos do Portugal contemporâneo e aos responsáveis pelas autarquias municipais das principais cidades do país, como já fizemos para o Porto. Não com a profundidade e a extensão que inviabilizam resultados válidos em tempo útil. Mas com o rigor suficiente para se conhecer quem foram, incluindo, no mínimo, a sua naturalidade, filiação, origem social, formação, idade ao tempo do exercício das funções governativas, duração dos mandatos, outros cargos políticos exercidos, atividade política e obras publicadas, informações acompanhadas, sempre que possível, de textos que permitam conhecer melhor o perfil dos políticos biografados.

Foi tendo em consideração esta realidade que, em 2008, o CEPESE apresentou ao presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, um projeto de investigação intitulado *Os presidentes do Parlamento português (1821-2010)*, alargado, posteriormente, até 2015, ou seja, até ao término do mandato da presidente Assunção Esteves, com o objetivo de traçar as biografias de todos os presidentes das diversas câmaras que existiram desde a introdução do regime liberal, em 1820, até ao presente, de forma a melhor compreendermos a classe política do Portugal contemporâneo, projeto esse que foi aprovado por aquele órgão de soberania, de acordo com o seguinte plano:

### **Monarquia Constitucional (1821-1910)**

Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes (1821-1822)

Cortes Gerais e Ordinárias (1822-1823)

Cortes Extraordinárias (1823)

Câmara dos Deputados (1826-1828)

Câmara dos Pares do Reino (1826-1828)

Câmara dos Deputados (1834-1836)



Câmara dos Pares do Reino (1834-1836)  
 Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes (1837-1838)  
 Câmara dos Senadores (1838-1842)  
 Câmara dos Deputados (1838-1910)  
 Câmara dos Pares do Reino (1842-1910)

### **I República (1910-1926)**

Assembleia Nacional Constituinte (1911)  
 Câmara dos Deputados (1911-1926)  
 Senado da República (1911-1926)

### **Estado Novo (1926-1974)**

Assembleia Nacional (1935-1974)  
 Câmara Corporativa (1935-1974)

### **III República (1974-2015)**

Assembleia Constituinte (1975-1976)  
 Assembleia da República (1976-2015)

Assim, no que diz respeito aos presidentes do Parlamento português, este trabalho tem por objetivo traçar as suas biografias, procurando esclarecer, sempre que as fontes consultadas o permitirem, questões tão simples quanto difíceis de responder, como se pode ver pelas súmulas biográficas até agora produzidas. Quem são? Qual a sua naturalidade e filiação? Qual a área socioprofissional de recrutamento? Qual a sua idade à tomada de posse? Qual o tempo do seu mandato? Qual a ação ou o papel político que desempenharam no exercício dos seus mandatos? Que outros cargos políticos, além de presidentes do Parlamento, exerceram? A que forças políticas estavam ligados? Que publicações nos deixaram?

Contudo, para além destes elementos, iremos ainda chamar a atenção, sempre que possível, para outros aspetos, designadamente:

- a conjuntura política no âmbito da qual se situou a eleição/indigitação de cada presidente;
- as questões nacionais que, durante o seu mandato, tiveram repercussão no Parlamento;
- a publicação de textos da sua autoria – intervenções, excertos de obras ou artigos seus com significado político – ou de outros autores sobre tais personalidades, quando existem, que contribuam para caracterizar o seu perfil cívico e político.

Cada biografia encontra-se estruturada do seguinte modo: primeiro são apresentados os elementos de identificação, seguindo-se os principais traços da sua vida cívica e política, bem como as informações relativas à atividade de cada presidente à frente da Câmara; transcrevem-se, depois, textos e intervenções relativas a cada presi-

dente, quer produzidos pelos próprios, quer testemunhos de outras personalidades; e, finalmente, as fontes e bibliografia consultadas para cada uma das biografias.

Foram publicados já quatro volumes, dois para o período do Constitucionalismo Monárquico (1821-1910), um para a I República (1910-1926) e um para o Estado Novo (1935-1974), a que se segue, agora o presente volume, relativo à III República (1974-2015).

A propósito da designação escolhida para nomear o regime político após a Revolução de 25 de Abril de 1974, acabámos por optar pela designação de «III República», considerando, assim, que o Estado Novo, ou, se quisermos, a Ditadura Militar e o Estado Novo (1926-1974), constituem a II República. Apesar de no período estadonovista a designação «República» ser pouco utilizada (desprezada, até) para caracterizar o regime, e de vários nomes da historiografia portuguesa se recusarem a considerar o Estado Novo como «II República», certo é que a Constituição Política de 1933 expressamente se assume como sendo «da República portuguesa»; o seu artigo 5.º consigna que o Estado português «é uma República unitária e corporativa», e o chefe de Estado, como se exara no artigo 72.º, «é o presidente da República eleito pela Nação».

Os resultados obtidos aí estão, distintos em função das fontes e bibliografia consultadas, da maior ou menor atividade política e cívica dos presidentes, e dos contributos biográficos cedidos pelos próprios ou por familiares e amigos, tomando sempre em linha de conta que, a partir do momento em que são eleitos, os presidentes da Assembleia da República ficam com um espaço de intervenção política relativamente reduzido, em virtude do seu estatuto de agente político que deve pautar as suas posições pela imparcialidade, enquanto representante máximo de todos os grupos parlamentares que integram o Parlamento.

Tratando este último volume de um período muito recente da História de Portugal, procurámos focar com maior intensidade os aspetos relacionados com a ação dos biografados enquanto presidentes do Parlamento e menos as questões debatidas na Assembleia da República durante os últimos quase 40 anos, boa parte das quais bem presente na memória coletiva, largamente conhecidas e já bastante estudadas, não só por historiadores, mas também e principalmente por politólogos, sociólogos e investigadores das mais diversas áreas das Ciências Sociais.

Acresce, ainda, que um dos coordenadores do projeto no qual este volume se insere foi deputado em várias legislaturas, conheceu o Parlamento e o funcionamento do Estado por dentro, assim como muitos dos presidentes do Parlamento após 1976, com alguns dos quais manteve e mantém relações de amizade, o que constituiu mais uma razão para, em nome da objetividade que se exige à investigação histórica, nos debruçarmos essencialmente sobre factos incontroversos.

Seja como for, acreditamos que com este projeto de investigação, a fronteira do desconhecido quanto a estas simbólicas e influentes figuras do regime parlamentar democrático irá recuar significativamente, contribuindo, assim, para uma melhor compreensão da vida política da nossa História Contemporânea.

Uma última palavra sobre a metodologia e estrutura deste trabalho.

No primeiro capítulo, traçamos o panorama geral do Parlamento português após a implantação do regime democrático, incluindo a Assembleia Constituinte, mas prin-

principalmente a Assembleia da República, com particular destaque para a sua estrutura e funcionamento, partindo dos dois principais documentos normativos que a enquadram, isto é, a Constituição de 1976 e o Regimento Interno da Assembleia.

No segundo capítulo, debruçamo-nos de forma sintética sobre as eleições para o Parlamento e sua legislação reguladora, para darmos a perceber como se estruturam as legislaturas e as sessões legislativas e quais os partidos políticos com representação parlamentar, traçando ainda a evolução do universo de eleitores e da sua participação nos sucessivos atos eleitorais.

No terceiro capítulo, apresentamos o estatuto, modo de eleição e competências do presidente da Assembleia Constituinte e dos presidentes da Assembleia da República, baseados fundamentalmente, uma vez mais, no texto da Constituição e nos regimentos de ambas as câmaras, analisando a evolução do corpo normativo nas sucessivas revisões constitucionais e nas alterações regimentais produzidas ao longo das sessões legislativas.

No quarto capítulo, procuramos sintetizar os principais aspetos que se relacionam com a identificação e as funções cívicas e políticas dos presidentes do Parlamento português, de forma a respondermos às questões que colocamos, muito particularmente, a sua naturalidade, formação académica, origem socioprofissional, idade à tomada de posse, duração dos mandatos, carreira política, relação com a Maçonaria e a Opus Dei, bem como as forças partidárias a que se encontravam associados.

Seguem-se as considerações finais sobre este estudo introdutório e o quadro geral dos presidentes do Parlamento no Portugal democrático, com uma síntese dos principais dados biográficos de cada um.

Por último, apresentam-se as biografias dos presidentes do Parlamento, em obediência à estrutura atrás referida, seguindo o critério cronológico para sequenciar os mandatos.

A obra termina com a referenciação das fontes e bibliografia consultadas, um resumo alargado em inglês, as notas sobre os autores e um índice remissivo, elemento indispensável para a consulta de uma obra desta natureza.

Resta-nos agradecer a todos aqueles que nos apoiaram, que conosco trabalharam ou nos deram achegas e contributos para a realização deste projeto.

À Assembleia da República, na pessoa do seu ilustre presidente à época do início deste projeto, Dr. Jaime Gama, pelo patrocínio que concedeu ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade para a execução desta obra.

À juíza conselheira Adelina Sá Carvalho, secretária-geral da Assembleia da República em 2008.

Aos serviços da Assembleia da República, na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Teresa Fonseca e do Dr. Rui Costa, diretor de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação.

Finalmente, ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, pelo apoio prestado ao longo da produção deste trabalho.

The first part of the paper discusses the importance of the research and the objectives of the study. It then proceeds to a literature review, followed by a description of the methodology used in the study. The results of the study are presented in the next section, and the final section discusses the implications of the findings and offers conclusions.

The study was conducted in a laboratory setting, and the participants were all students from a university. The data was collected over a period of six months, and the results were analyzed using statistical methods. The findings of the study indicate that there is a significant relationship between the variables being studied, and this relationship is consistent across different groups of participants.

The implications of these findings are discussed in detail, and it is concluded that the results have important implications for the field of study. The study also identifies some limitations and suggests areas for future research. The authors express their gratitude to the participants and the funding agency for their support.

O projeto de investigação *Os presidentes do Parlamento português*, desenvolvido pelo CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade e patrocinado pela Assembleia da República, tem como objetivo traçar o perfil biográfico dos presidentes das diversas Câmaras Parlamentares que existiram no nosso país desde a introdução do regime liberal, em 1820, até ao presente, de forma a melhor se conhecer a classe política do Portugal contemporâneo.

Neste sentido, são publicadas, ao longo de cinco volumes, as biografias dos presidentes das Câmaras Parlamentares que funcionaram durante a Monarquia Constitucional (2 volumes), I República, Estado Novo e III República, procurando esclarecer questões tão simples quanto difíceis de responder. Quem foram estas personalidades? Qual a sua naturalidade e filiação? Qual a área socioprofissional de recrutamento? Qual a sua idade à tomada de posse? Qual o tempo do seu mandato? Qual a ação ou o papel político que desempenharam no exercício dos seus mandatos? Que outros cargos políticos, além de presidentes do Parlamento, exerceram? A que forças políticas estavam ligados? Que publicações nos deixaram?

Além destes elementos, chama-se a atenção, sempre que possível, para outros aspetos, como a conjuntura política no âmbito da qual se situou a eleição/indigitação de cada presidente; as questões nacionais que, durante o seu mandato, tiveram repercussão no Parlamento; e a publicação de textos da sua autoria – intervenções (parlamentares ou outras), excertos de obras ou artigos seus com significado político – ou de outros autores sobre tais personalidades, que ajudem a caracterizar o seu perfil cívico e político.

O presente volume debruça-se sobre os presidentes do Parlamento no Portugal democrático saído da Revolução de 25 de Abril de 1974, ou seja, o presidente da Assembleia Constituinte (1974-1976) e as doze personalidades que, entre 1976 e 2015, data do término deste projeto, presidiram à Assembleia da República. É ainda traçado o panorama geral do Parlamento após a implantação do regime democrático, quanto à sua estrutura e funcionamento; as eleições para o Parlamento e sua legislação reguladora, dando a perceber como se estruturam as legislaturas e sessões legislativas no âmbito das quais estas personalidades desenvolveram a sua ação; e o estatuto, modo de eleição e competências dos presidentes do Parlamento no período em estudo.

Tratando-se de um período muito recente da História de Portugal, preocupou-nos mais a ação dos biografados enquanto presidentes do Parlamento e menos as questões debatidas na Assembleia da República nas últimas quatro décadas, boa parte das quais bem presente na memória coletiva e largamente conhecidas e estudadas. Seja como for, acreditamos que este estudo fará recuar a fronteira do desconhecido quanto a estas simbólicas e influentes figuras do regime parlamentar democrático, contribuindo para uma melhor compreensão da vida política da nossa História recente e de alguns dos seus principais atores.

*No Portugal democrático, a segunda figura da hierarquia do Estado finalmente assumiu de facto a sua importância no quadro mais amplo dos órgãos de soberania, emergindo como o paladino da instituição parlamentar e do próprio regime. Mais do que um simples condutor dos trabalhos parlamentares, mais do que o coordenador principal das inúmeras tarefas que a gestão do Parlamento comporta, hoje o presidente da Assembleia da República representa em si mesmo o pulsar da nação e dos portugueses.*

In Considerações finais